

TRABALHO IMATERIAL: DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Stefania Becattini Vaccaro¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é investigar se o conceito “trabalho imaterial” apresenta densidade teórica suficiente para funcionar com uma categoria de investigação nas ciências sociais. Assim, realizamos uma contraposição teórica-analítica entre as ideias desenvolvidas por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato com aquelas propostas por André Gorz. A comparação dos textos evidencia diferenças substanciais e algumas proximidades entre os argumentos apresentados por esses autores. Com efeito, evidencia-se a existência de uma imprecisão conceitual sobre a expressão “trabalho imaterial”. Isto impede que este termo funcione como uma categoria analítica de investigação em sociologia do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho imaterial. Multidão. Sociedade dual. Teoria valor-trabalho.

INTRODUÇÃO

No começo dos anos 90, quando a discussão “sobre reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho” (COCCO, 2001, p.07) era efervescente, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato (2001) cunharam a expressão «trabalho imaterial». Esses autores buscaram, por meio da proposição deste termo, constituir uma categoria explicativa das mudanças sociais e das transformações no âmbito do trabalho. Este debate foi, posteriormente, reforçado pela publicação de dois livros de André Gorz, *Misérias do Presente* e *Riqueza do Possível* (2004); *O Imaterial* (2005).

Esses três autores, de forma direta, se apoiaram na obra de Karl Marx. Contudo, o fizeram em diferentes perspectivas. Enquanto Gorz buscou verificar a robustez da teoria-valor trabalho frente às dinâmicas contemporâneas de criação da riqueza capitalista, Negri e Lazzarato se concentraram na dimensão política de seus textos.

¹ Doutora em Ciências Sociais e Jurídica pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Políticas Públicas na Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: fanivaccaro@yahoo.com.br



Para além de Marx, esses autores se influenciaram por distintas linhas filosóficas. Os textos de Negri e Lazzarato têm as marcas de Deleuze, Guattari e Spinoza, já nos aportes de Gorz são visíveis os traços do existencialismo de Sartre, das críticas às instituições de Illich e da *condição humana* de Arendt. Desse modo, esses autores desenvolverem diferentes compreensões sobre a estrutura do modo de ser e de existir do indivíduo. Por outra parte, ambos os lados atribuíram ao trabalho imaterial a característica de pessoalidade, assim como a capacidade de absorver integralmente os elementos da cultura cotidiana.

O fato é que essas diferentes teorias passaram a ser, costumeiramente, reunidas sob o designativo “trabalho imaterial”. Essa junção, no entanto, vem criando uma grande confusão conceitual e um ruído nas análises contemporâneas sobre as transformações produtivas. Isto porque a expressão “trabalho imaterial” pode dizer respeito tanto aos fluxos comunicacionais que criam uma ética revolucionária de contestação ao capital, quanto podem dizer respeito aos elementos de pessoalidade presentes nas relações de trabalho. Pode também significar a “produção de valor” conectada ao elemento da marca ou de outro título de propriedade intelectual, ou ainda pode significar o fato das atividades de trabalho ser exercidas intuitivamente e não mais adstritas ao saber socializado e codificado. Logo, o uso deste termo é ambíguo e impreciso.

2. A COLOCAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL

As ideias elaboradas por Negri e Lazzarato têm origem na corrente do *operaismo*, o que significa dizer que esses autores refutam a ideia de separação entre setores produtivos e improdutivos e rearticulam a centralidade produtiva para além da relação salarial (Cf. COCCO, 2001). Significa igualmente dizer que estes autores entendem o trabalho vivo como um conceito metaeconômico que só tardiamente – com o desenvolvimento do capitalismo – assumiu o caráter instrumental. Para eles, Marx atribuiu um sentido amplo ao trabalho vivo ao defini-lo, simultaneamente, como agir político e como trabalho em sentido estrito.

Em razão deste entendimento, Negri e Lazzarato sustentam que o problema central de nossos dias tem natureza política, pois a grande questão atual é a

necessidade de resgatar a potência revolucionária dos escritos marxianos para, então, definir o sujeito revolucionário de nosso tempo (cf. GURGEL; MENDES, 2010). Eles inferem esta afirmativa de uma releitura dos *Grundrisse* (2011). Obra que, segundo eles, apresenta um caráter político mais que econômico, já que ali Marx teria demonstrado a iminência da destruição do capital e a emanção de uma crise nas relações sociais.

Em seguida, esses autores rechaçam a ideia de militantes de uma classe operária e afastam a necessidade de mediação dos sindicatos e/ou dos partidos políticos para tomada do poder. Contrariamente à visão tradicional, eles defendem a emergência de um novo sujeito político cunhado por uma subjetividade autônoma, já não mais subordinada ao capital. Este sujeito político, para eles, se manifesta na «multidão».

A multidão, ao contrário da massa, é um processo organizado com fins de resistência, de insurreição e de poder constituinte. Seu agir não é coordenado por uma entidade externa, mas resultante da atuação da democracia organizada ao redor de um determinado evento momentâneo. Nesta perspectiva, a multidão traduz um processo imanente de antipoder com base no princípio da liberdade e na sua prática.

Para Negri e Lazzarato, a liberdade se manifesta por meio do trabalho vivo que atua como um contra poder ao capital para abolir sua dominação. Por isso, eles sustentam que “o conceito do trabalho vivo é a chave, seja para analisar e compreender a produção, seja para apreender o sujeito revolucionário” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 76. Trad. livre).

Ainda segundo eles, hoje vivenciamos um processo revolucionário graças à constituição do indivíduo social e do estabelecimento da hegemonia do trabalho imaterial, no seu aspecto qualitativo. Aqui, o trabalho imaterial é entendido como um ato que aumenta e intensifica a esfera da liberdade dos sujeitos, porque seu exercício amplia a “cooperação produtiva’ que chega a incluir a produção e a reprodução da comunicação e, por meio dela, de seu conteúdo mais importante: a subjetividade” (LAZZARATO, 1997, p.01, tradução livre).

Para esses autores, o trabalho imaterial só se constitui de modo coletivo e só existe na forma de redes e de fluxos. Por isso, eles atribuem o caráter produtivo do

trabalho aos fluxos comunicacionais, capazes de ativar uma rede de sentido dentro do conjunto das relações sociais. Em outras palavras, eles entendem que o trabalho imaterial enseja processos autônomos de subjetivação e de desenvolvimento do indivíduo social.

Nesta perspectiva, a grande mudança socioeconômica contemporânea está numa reconfiguração das esferas de produção e de consumo. Antes autônomas e dependentes, agora um todo circular ativado e organizado continuamente por meio do processo de comunicação. Por conseguinte, esses autores afirmam que o modo de produção já não é mais baseado na exploração da força de trabalho, mas é resultante de atividades intelectuais conectadas ao *savoir-faire* coletivo. Para eles, a produção social não é mais destinada a produzir mercadorias, mas informações. Por isso, o campo prioritário da luta política é a publicidade, dado que esta deixou de ser um mero suporte de venda de produtos para se constituir como uma plataforma de comunicação social.

Em resumo, para Negri e Lazzarato, a publicidade se transformou em um processo de comunicação social que se ocupa de difundir valores de natureza política, cultural e ética. Para eles, o consumo dessas informações faz com que novas subjetividades surjam e que outra realidade – a do comunismo – venha sendo edificada, levando à morte o capitalismo.

3. A CONTINUAÇÃO DO DEBATE

Gorz, em sequência aos estudos iniciados no final da década de 70 sobre os avatares do trabalho, argumentou a atual desmaterialização do capitalismo e se pôs a filosofar sobre possibilidades abertas de constituição de uma sociedade alternativa. Para ele, esta nova sociedade seria “dual, assentada na contraposição entre tempo de trabalho e tempo livre” (SILVA, 2014, p.104).

O tema central de Gorz foi a liberação do tempo e a necessidade de criar mecanismos de intermediação política capazes de fomentar vivências de liberdade, de coordenar a redistribuição de trabalho e o rendimento social e, também, de comandar a geração de excedente econômico. Para este autor, a crescente complexidade produtiva e sua interdependência global impossibilitam o desenvolvimento de sociedades autogeridas pelos próprios indivíduos.

Este entendimento, de pronto, evidencia a existência de diferenças de perspectivas entre Gorz e os filósofos italianos sobre a forma de organização das sociedades. Enquanto estes últimos recusam a necessidade de qualquer mediação política, Gorz expressamente a solicita para que seja estruturada uma sociedade dual.

Para o filósofo francês é preciso reduzir o tempo de trabalho ao mínimo possível e incentivar a perda da centralidade do trabalho na consciência dos indivíduos. Isto permitiria que outros ideais diferentes da “razão produtivista” se colocassem como elemento organizador da vida dos indivíduos e, conseqüentemente, das sociedades. Por isso, Gorz defende o “fim do trabalho”, ou melhor, o fim a idolatria ao trabalho.

Sua visão é construída sobre alguns elementos de análise – o sentido de sujeito, de classe e de história – que não podem ser prescindidos para entender suas ideias. Para Gorz, o ideal de classe é uma utopia marxiana. Isto porque, por definição, a classe não pode ser sujeito. Só indivíduos podem a partir do *fazer político*. No seu juízo, os homens devem tomar ciência de sua autonomia, perceber suas ações e por elas se responsabilizar. Mas, essa autonomia não se manifesta no âmbito do mercado. Para Gorz, a *produção de si* é construída no campo dos afetos, fora da esfera mercantil.

Aqui é evidente mais um ponto de diferença com a teoria de Lazzarato e Negri. Enquanto esses últimos acreditam ser possível a emanação de indivíduos autônomos dentro dos limites do mercado, Gorz expressamente rejeitou esta possibilidade. Para o filósofo francês, o indivíduo autônomo só constrói suas ações e escolhas soberanas fora da esfera da circulação de mercadorias. Justamente por isso, ele defendia a renda de existência incondicional² como pressuposto social capaz de garantir a emanação desta faculdade.

Para Gorz (1982) o potencial de construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo está na «não classe de não-trabalhadores». Segundo ele, essa *não classe* é uma camada de pessoas que vivem o labor como uma obrigação exterior,

² Apenas com a evolução do seu pensamento teórico Gorz passou a defender a renda de existência incondicional. Num primeiro momento, ele vinculou essa proposição ao critério de produtividade do trabalho. Foi quando ele passou a lidar com o tema do imaterial que mudou seu entendimento. A partir daí ele defendeu que essa renda garantida fosse articulada com uma política de redistribuição do trabalho e de liberação do tempo (cf. SILVA, 2014).

já que o trabalho não lhes devolve qualquer sentido. Para essas pessoas, pouco importa o tipo de trabalho que executam, apenas o fazem para ganhar algum dinheiro.

Essa *não classe* é marcada pelas relações capitalistas, apesar de não ser seu produto direto. Seus componentes – neoproletários com superqualificação diante dos empregos que encontram – formam uma camada social heterogênea. Por conseguinte, essas pessoas não podem ser definidas com base no “seu” trabalho, tampouco pela posição que ocupam no processo social. Na perspectiva de Gorz (1982), essa camada social é a única capaz de negar a lógica do presente, representada nas instituições modernas e na organização da sociedade industrial. A pergunta que fica é se o autor, ao atribuir a essa *não classe* o potencial de construção do futuro, não incorreu na mesma visão profética que atribuiu à Marx. De acordo com ele, não. Isso porque a heterogeneidade da *não classe* não dá a essa camada uma unidade, tampouco uma missão a ser desempenhada. Ademais, para ele, não há uma História total a ser cumprida. Ao contrário. O caminho se escreve por meio das decisões presentes, as quais devem ser resultantes de absoluta liberdade.

Já no que toca ao processo de desmaterialização do capitalismo, Gorz sustenta a ocorrência de mudanças substanciais no modo de produção. No seu juízo, a dinâmica de valorização do capital passou de quantitativa e material à qualitativa e imaterial. Para ele, hoje coexistem muitos modos de produção, mas há um deslocamento crescente do processo de valorização para o tripé, conhecimento, valor e capital.

Para Gorz, a principal força produtiva na contemporaneidade é o conhecimento. Contudo, a referência aqui não é apenas ao conhecimento objetivo. A transformação substancial da economia está justamente na apropriação dos saberes ou dos conhecimentos tácitos, pois “os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho dispendido” (GORZ, 2005:10, aspas no original).

Em resumo, esse autor entendeu que a origem do valor crescentemente está atrelada ao *savoir-faire* dos indivíduos na cultura cotidiana. Logo, a vida como um todo se apresenta como substrato da riqueza econômica. Daí ele afirmar que o

tempo socialmente necessário à produção é incerto e as noções de “sobre trabalho” e de “sobre valor” já não são capazes de traduzir a realidade.

Esse entendimento acerca da absorção da integralidade dos elementos da vida pelo processo econômico é, sem dúvida, um ponto de interseção com a teoria de Lazzarato e Negri. Contudo, é importante observar que essas correntes se diferenciam nas análises dos modos de apropriação do aspecto imaterial.

Lazzarato e Negri não restringem o trabalho imaterial à relação de assalariamento e entendem haver possibilidade de exercício de autonomia dos indivíduos no âmbito das relações capitalistas de produção. Além disso, eles atribuem ao indivíduo-consumidor um papel ativo na produção e, também, entendem que a publicidade se constitui como uma plataforma de difusão de valores éticos, políticos e culturais. Já Gorz entende que a absorção dessa imaterialidade é realizada por diferentes formas: (i) graças aos indivíduos que se localizam dentro da relação produtiva e que fornecem conhecimentos objetivos e tácitos, (ii) pelo uso de marcas e (iii) por meio de títulos de propriedade intelectual. Para ele, o “valor” do produto está na capacidade prática da empresa limitar, por meios jurídicos ou monopolistas, as possibilidades de reprodução deste conhecimento, assim como, na sua capacidade empresarial de estabelecer uma relação direta com sua clientela e persuadi-la da valia incomparável de seus produtos.

Ainda que esses três autores sustentem que o *savoir-faire* é a principal força produtiva, não se pode reduzir uma teoria a outra porque as diferenças são muitas. Gorz não viu espaços para o exercício da autonomia no campo do trabalho heterônomo. Para ele, a resistência a esta forma de organização social deve ser fomentada nos convívios pessoais fora do mercado. Já para os teóricos italianos é possível “a independência da atividade produtiva em face à organização capitalista da produção e o processo de constituição de uma subjetividade autônoma” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p.31). Ou seja, enquanto Lazzarato e Negri sustentam que já vivemos um processo revolucionário de constituição do comunismo graças à emergência da multidão, Gorz entende que é preciso reduzir o trabalho heterônomo ao mínimo possível e estabelecer esferas fora do mercado que permitam a constituição de indivíduos autônomos e de outra sociedade.

Além disso, Gorz argumenta que a publicidade é um fator de importância para a criação das marcas e para a transformação dos produtos, “mesmos os mais triviais, em vetores de um sentido simbólico” (2005, p.48). Para ele, a publicidade é um mecanismo de inserção de mensagens externas nos indivíduos, ou seja, é uma plataforma capaz fomentar diferentes faltas e carências nas personalidades. Contrariamente, Lazzarato e Negri entendem que a publicidade migrou para a comunicação social e hoje funciona como um mecanismo de contestação ao capital graças à difusão de valores éticos, políticos e sociais.

4. TRABALHO IMATERIAL

Para Lazzarato e Negri o trabalho é uma unidade entre o fazer e o agir, isto é, entre a *práxis* política e o trabalho em sentido estrito. Esses autores não discutem o resultado produtivo da interação social e não adotam o conceito de trabalho abstrato como o elemento unificador da produção social. Por outro lado, eles dividem a história dos processos de trabalho sob o capitalismo em duas grandes fases, antes de Taylor/Ford e depois destes (cf. MORAES NETO, 2006).

Segundo os filósofos italianos, a primeira fase do processo de trabalho era dependente do uso de uma força de trabalho detentora de grandes habilidades, isto é, possuidora de um *savoir-faire* que possibilitava exercer atividades plenas de conteúdo. Posteriormente, na segunda fase, não havia esta necessidade em razão da gerência científica introduzida por Taylor e das inovações produtivas desenvolvidas por Ford. “A partir deste momento, o trabalho assalariado passaria a se caracterizar pela profunda ausência de conteúdo, o que teria levado a desqualificação profissional e padronização. Surgiria assim historicamente a produção em massa” e, por consequência, o operário-massa (MORAES NETO, 2006, p. 42). Para Lazzarato e Negri também esta fase foi ultrapassada. Atualmente, a produção se baseia em *relações de serviço* de cunho afetivo, informacional e comunicativo, isto é, num trabalho imaterial. Logo, para eles, já não mais é possível usar o tempo cronometrado do relógio como critério de mensuração da produtividade.

Essa demarcação histórica proposta pelos autores é um equívoco. Como bem observou Moraes Neto (2006), Lazzarato e Negri em suas proposições ignoram o

desenvolvimento teórico sobre os processos de trabalho que Marx realizou n'O Capital (2013), onde ele esclareceu como a maquinaria libertou o sistema produtivo do *savoir-faire* do trabalhador. Além do mais, eles também vincularam a produção material à utilização massiva do trabalho vivo e a amarram ao exercício de trabalhos manuais. Isso sem, ao menos, se atentar à realidade contrária das indústrias de fluxo contínuo. Assim, igualmente à Amorim (2012; 2007) e à Santos (2009), entendemos que tais teóricos reduziram a relação de produção a aspectos quantitativos e individuais que são estranhos a Marx. Tampouco o tempo de relógio foi o critério adotado por Marx. Ele fixou o padrão da teoria valor-trabalho no tempo socialmente necessário à produção, que, como se sabe, está muito além do *chronos*, porquanto é atrelado ao desenvolvimento da maquinaria e à lei concorrencial.

Já a argumentação de Gorz caminha em sentido diferente. Este autor também afirmou que o tempo não pode mais servir como critério para revelar a magnitude do valor. Sua ênfase, entretanto, recai sobre a qualificação social da força de trabalho visto que, no seu entendimento, “toda produção, de modo cada vez mais pronunciado, se assemelha a uma prestação de serviço” (GORZ, 2005, p. 09).

Para o filósofo francês, a qualificação anteriormente consistia “na aquisição de uma quantidade determinada de saber socializado e padronizado” (GORZ, 1986, p. 120). Isso fazia que os trabalhos, a princípio, se apresentassem como “equivalentes e intercambiáveis em graus imponderavelmente próximos” (GORZ, 1986, p. 120). Hoje, contrariamente, as atividades são exercidas intuitivamente e trazem a marca da personalidade típica das relações de serviço.

Para Gorz, o problema central está na impossibilidade atual de mensurar o tempo necessário de reprodução da força de trabalho. Ou seja, este autor adotou como pressuposto de seu raciocínio a existência do trabalho abstrato como regra na fase da grande indústria. Isto é bem diferente da divisão histórica proposta por Lazzarato e Negri. Além do mais, a análise do filósofo francês estabelece um diálogo direto com as categorias marxianas do trabalho produtivo e improdutivo, ao contrário do desenvolvimento teórico realizado pelos filósofos italianos que refutam essas categorias.

Para além dessas diferenças é fato que ambas as linhas teóricas apresentam o trabalho imaterial como uma **relação de serviço**³ porque entendem que as atividades têm um conteúdo de pessoalidade insubstituível. Isto, no entanto, não significa que esses autores atribuam ao **setor de serviços** o elemento central do trabalho imaterial. Significa apenas que as formas de trabalho atuais absorvem crescentemente elementos da subjetividade individual.

Por tudo isso, concordamos com Moraes Neto (2006) para quem a tentativa de criar uma categoria teórica a partir da expressão *trabalho imaterial* é frágil porque este termo está cercado de imprecisão. A única certeza sobre este conceito é o de sua negação, isto é, a de que expressão trabalho imaterial não se refere a trabalho industrial manual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese o que verificamos é que hoje vem sendo realizada uma junção equívoca entre as diferentes teorias aqui apresentadas. Argumentos muito distantes entre si têm sido unificados, sem grandes cuidados, sob os rótulos de trabalho imaterial. No entanto, essa igualdade de proposições é apenas aparente. O debate sobre a *práxis* política e sobre a participação do indivíduo realizado por Gorz, Negri e Lazzarato tem fundamentos diferentes. Enquanto o primeiro expressamente defendeu a necessidade de instâncias políticas para o estabelecimento de uma sociedade dual, os últimos advogam o fim de qualquer mediação política e evocam uma democracia absoluta organizada ao entorno de temas momentâneos.

Por outra parte, Gorz explicitamente refuta a ideia de um sentido histórico a ser cumprido. Para ele, a luta política está em reduzir o trabalho heterônomo ao mínimo possível rompendo, assim, com a lógica produtivista. Lazzarato e Negri,

³ Dentro do debate sobre as transformações produtivas contemporâneas Bell (1976) evidenciou, com base numa série de dados da economia americana dos anos 70, a expansão do **setor de serviço**. No entanto, enfatizou que a importância do crescimento não estava no crescimento do setor em si mesmo, mas no alargamento dos serviços conectados ao conhecimento. Berge e Offe (1989), por outra parte, criticaram as abordagens conceituais sobre o setor de serviços porque esta divisão estanque não mais representa a realidade econômica e, também, porque essa forma de classificação iguala atividades muito distintas entre si (como a de um porteiro, a de um artista e de um advogado).

Daí eles sugerem uma **classificação funcional** das atividades com base no processo de reprodução da estrutura social. De modo que também o uso acrítico do termo serviço costuma gerar grandes confusões.

contrariamente, sustentam a possibilidade de exercício de autonomia do indivíduo no âmbito das relações de produção capitalista e o exercício do trabalho imaterial como um mecanismo de contra poder ao capital.

No que toca à definição da expressão “trabalho imaterial”, identificamos que os três autores caracterizam esta forma de atividade como uma relação de serviço, correlacionando-a aos saberes, aos afetos e aos processos comunicacionais. No entanto, os fundamentos subjacentes a cada uma das teorias – divisão entre trabalho produtivo e improdutivo e o trabalho abstrato como elemento unificador da produção social – faz com que o resultado final das proposições seja bem diferente.

Em suma, este estudo revela que a aceitação acrítica do termo “trabalho imaterial” esmaece as diferenças subjacentes às respectivas teorias e, conseqüentemente, traz dificuldades de compreensão ao debate sobre as transformações produtivas. Isto porque a expressão, ambigüamente, tem significado o exercício de atividades de contestação ao capital, a “criação de valor” pelo exercício de trabalhos carregados de pessoalidade, ou ainda, a apreensão do “valor” pela marca ou por títulos de propriedade.

IMMATERIAL WORK: THEORETICAL AND CONCEPTUAL DIFFERENCES

Abstract:

This article did a theoretical contraposition among the ideas developed by Antonio Negri and Maurizio Lazzarato and those proposed by Andre Gorz. The objective of this confrontation was verified by the differences and the proximities of the arguments these authors develop about the “immaterial work” category. Therefore, we studied a theoretical-analytical conceptual approach presented by these respective authors on their essays. Our conclusion is that this term is surrounded by conceptual imprecision and its fundamentals are differently presented among these authors.

Keywords: Immaterial work. Crowd (mass). Dual society. Labor-value theory.

TRABAJO INMATERIAL: DIVERGENCIAS TEÓRICAS Y CONCEPTUALES

Resumen:

El objetivo de este artículo es investigar si el concepto “trabajo inmaterial” presenta densidad teórica suficiente para funcionar como una categoría de investigación en las ciencias sociales. Así, realizamos una contraposición teórico-analítica entre las ideas desarrolladas por Antonio Negri y Maurizio Lazzarato con aquellas propuestas por André Gorz. La comparación de los textos evidencia diferencias substanciales y algunas proximidades entre los argumentos presentados por esos autores. En efecto, se evidencia la existencia de una imprecisión conceptual sobre la expresión “trabajo imaterial”. Esto impide que este término funcione como una categoría analítica de investigación en sociología del trabajo.

Palabras claves: Trabajo inmaterial. Multitud. Sociedad dual. Teoría del valor-trabajo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique José Domiciano. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas**. Buenos Aires: Clacso, 2012 (Colección Becas de Investigación).

BELL, Daniel. **El advenimiento de la sociedad post-industrial**: un intento de prognosis social. Madrid Alianza Editorial, 1976.

BERGER Johannes; OFFE Claus. A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços. In: OFFE, Claus (Org.). **Trabalho & sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 2, p. 11-54.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GURGEL, Clarisse; MENDES; Alexandre Pinto. Negri leitor de Marx: trabalho imaterial e multidão. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 22-38, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. El ciclo de la producción inmaterial. **Enmedio**, 2007. Disponível em: <<http://www.enmedio.info/el-ciclo-de-la-produccion-inmaterial/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vidas e de produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: o processo de produção do capital.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES NETO, Benedito de. Pós-fordismo e trabalho em Antônio Negri: um comentário. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Uberlândia, n. 18, p. 39-61, jun. 2006.

SANTOS, Vínicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Josué Pereira da. Tempo de trabalho e imaterialidade na teoria social de André Gorz. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 101-113, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Artigo

Recebido em 07 de fevereiro de 2015

Aceito em 12 de setembro de 2015